Ata da reunião ordinária nº 1612 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 08 de julho de 2026.

No dia oito de julho, do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Profª Dra. Andréa Name Colado Simão, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Miguel Belinati Piccirillo e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Carlos Eduardo Caldarelli, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Inês Cristina de Batista Fonseca, José Fernando Mangili Junior, Luis Alberto Garcia de Freitas, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Larissa Araújo de Castro Okamura, Waldiceu Aparecido Verri Junior, Benedita Gonçalves de Assis Ribeiro, Marci Batistão, Vera Lucia Tieko Suguihiro e Amauri Alcindo Alfieri. Ausência justificada: Pedro Mosconi Siqueira. Convidados: Denise Maria Fank de Almeida, Laudicena de Fátima Ribeiro, Patrícia Almeida, Silvano César da Costa e Marina Menezes. Inicialmente, a Reitora, Profª Andréa fez alguns informes, pois precisaria se ausentar da reunião em função de uma entrevista agendada com a Rede Massa, às 16 horas. Os informes foram registrados na sessão de informes, no final da pauta. Com a saída da Reitora, assumiu a presidência da reunião o Vice-Reitor, Prof. Miguel Piccirillo. **I ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata da reunião 1610 de 17 de junho de 2026.** Aprovada sem emendas, com 1 (uma) abstenção. **2) Discussão e votação da ata da reunião 1611 de 24 de junho de 2026.** Aprovada sem emendas, com 1 (uma) abstenção. **3) Processo 25.820.939-7 - AINTEC - deliberar acerca do Contrato de Ajuste de Propriedade Intelectual nº 10/2026, a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Londrina e a empresa Phlorinea Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., referente à cotitularidade do pedido de patente denominado "RhamnOil: Sistema Conservante Natural para Cosméticos" (Relator: Prof. Dr. Admilton Gonçalves Oliveira Junior e Marina Menezes).** Compareceu para relatar o processo, Marina Menezes. Ela informou que o pedido foi originado pelo pesquisador Prof. Doumit Camilios Neto. Informou tratar-se de um conservante natural para produtos de beleza e cosméticos, desenvolvido com base em *rhamnolipids*, extraídos principalmente de capim-limão. Quanto aos termos do contrato, estabeleceu-se a divisão de 50% para a UEL e 50% para a empresa. O processo passou por todas as instâncias necessárias, incluindo a

análise da Procuradoria Jurídica (PJU). Foram anexadas ao processo todas as certidões de regularidade fiscal, tributária e trabalhista da empresa. Colocado em regime de votação, o Contrato de Ajuste de Propriedade Intelectual nº 10/2026, a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Londrina e a empresa Phlorinea Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo 25.815.735-4 - EAAJ - deliberar acerca do Relatório de atividades do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos – EAAJ, referente ao ano de 2025 (Relatora: Profª Dra. Marcia Teshima).** Profª Márcia Teshima destacou que o EAAJ integra as dimensões de ensino, extensão e responsabilidade social, servindo como campo de estágio obrigatório para alunos do 4º e 5º anos de Direito. Ressaltou a função social de prestar assistência jurídica gratuita à população de Londrina, distritos e ao município de Tamarana. Em termos de dados, informou que o órgão contou com 446 estagiários, supervisionados por 19 professores-advogados, além de 9 servidores técnico-administrativos e 7 bolsistas. Destacou, ainda, que, apenas em 2025, o EAAJ realizou 17.112 atendimentos diretos, ajuizou 1.982 ações, participou de 1.188 audiências e cumpriu 23.435 prazos processuais. Acrescentou que, ao longo de seus 52 anos de funcionamento (1973–2025), o Escritório registrou 117.825 ações judiciais, realizou 47.770 audiências e prestou 638.250 atendimentos à população economicamente hipossuficiente, mantendo 3.927 processos em tramitação, o que evidencia sua relevância como campo de estágio obrigatório do Curso de Direito e como importante instrumento de acesso à justiça para a comunidade. Como desafio principal, apontou a alta rotatividade de professores temporários, o que gera um impacto administrativo severo: com mais de 3.500 processos em andamento, cada troca exige habilitação e desabilitação nos sistemas, tarefa que consome até seis meses de trabalho. Citou parcerias importantes com o NUMAPE (Núcleo Maria da Penha), o NEDDIJ (Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude) e o Ministério Público (para acesso a medicamentos de alto custo não fornecidos pelo SUS). Mencionou ainda o projeto de mediação e conciliação em parceria com o Tribunal de Justiça. Finalizou destacando a redução de cópias reprográficas devido à digitalização dos processos e reiterou a necessidade de construção da sede definitiva no campus e a reposição de servidores e docentes via concurso. Prof. Carlos Caldarelli ratificou o trabalho histórico do EAAJ, enfatizando sua relevância para a população desassistida onde a Defensoria Pública não consegue atender plenamente. Destacou que o órgão honra o CESA e a UEL, prestando serviços essenciais em

diversas áreas do Direito. Manifestou apoio à construção da sede no campus e parabenizou o empenho de docentes, estudantes e técnicos, que garantem o acesso à justiça para a região. Profª Carrie Galvan parabenizou a relatora e declarou-se impressionada com o volume de ações e os impactos sociais apresentados, especialmente as parcerias com o SUS e os órgãos de defesa da infância e da mulher. Demonstrou sensibilidade quanto à dificuldade causada pela rotatividade de docentes e defendeu que os órgãos suplementares sejam vistos como fundamentais na formação profissional e na assistência à sociedade. Reforçou que a função docente nesses órgãos vai além da meta curricular, sendo uma prestação de serviço direto à comunidade. Prof. Miguel Piccirillo informou que a gestão já realizou reuniões com o EAAJ e a Proplan sobre a nova sede. Explicou que o atraso na obra se deve a burocracias, como a mudança na legislação municipal sobre o pé-direito das salas de aula, que exigiu readequação do projeto. Sobre a questão ambiental, afirmou que estão em diálogo com a SEMA para garantir o replantio e o respeito à legislação, assegurando que nenhuma árvore protegida será derrubada sem os devidos trâmites. Por fim, expressou o compromisso da gestão em buscar a destinação de docentes efetivos para o EAAJ, visando dar estabilidade ao órgão e evitar a sobrecarga administrativa das substituições. Prof. João Zequi parabenizou o trabalho e destacou que os órgãos suplementares (como o EAAJ e a Clínica Psicológica) são a face da universidade junto à população carente, trazendo dignidade à sociedade. Ressaltou que o aprendizado prático do aluno nesses ambientes é inigualável. Defendeu que a universidade deve cobrar que esses órgãos sejam contabilizados na LGU (Lei Geral das Universidades) para a previsão de docentes e técnicos, uma vez que atendem a exigências curriculares federais e leis educacionais. Prof. Alan Felinto reforçou que o EAAJ exerce um papel que deveria ser do Estado, promovendo direitos fundamentais e atendendo áreas sensíveis como violência doméstica e família. Destacou que a atuação especializada do grupo valoriza a instituição e oferece formação diferenciada aos estudantes. Criticou o fato de a LGU não ter sido pensada considerando a estrutura dos órgãos suplementares, o que acaba sobrecarregando os Centros de Estudos, que precisam fazer esforços extras para mantê-los. Propôs que a manutenção desses serviços seja usada como contrapartida nas negociações com o governo para garantir mais recursos humanos. Prof. Miguel informou que tem agenda na SETI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e que pretende levar a pauta dos órgãos suplementares para discussão. Parabenizou a Prof.ª Márcia Teshima e toda a equipe do Escritório pelo trabalho realizado. Colocado em regime

de votação, o Relatório de Atividades do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos – EAAJ, referente ao ano de 2025, foi aprovado por unanimidade. **5) Processo 25.879.362-5 - MUSEU - Relatório de Atividades e Ações do Museu Histórico de Londrina, referente ao exercício de 2025 (Relatora: Profª Dra. Edméia Ribeiro).** O Processo foi retirado de pauta, atendendo pedido da relatora, profª Edmélia que se encontra de férias. **6) Processo 24.076.902-6 - deliberar acerca da recomposição da Comissão para dar continuidade aos trabalhos de elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** A Diretora de Planejamento e Integração Acadêmica da PROPLAN, Profª Eloisa Ribeiro Rodrigues assumiu a relatoria a convite do Pró-reitor, Prof. Amauri Alfieri. Ela apresentou o histórico do PEI, observando que o cronograma original previa a entrega da versão final em novembro de 2025, prazo que já expirou. Explicou que a comissão original incluía a Reitoria, diretores de centro (titulares e suplentes), pró-reitores e representantes de categorias, mas que a mudança de gestão tornou a recomposição necessária para substituir os membros que deixaram seus cargos. Colocou em discussão se a decisão deveria focar apenas na substituição nominal dos cargos ou se haveria mudanças na estrutura da comissão. Prof. Miguel esclareceu a composição atual: Reitor(a), Vice-Reitor(a), Diretores de Centros, Pró-reitores, representantes discentes, representantes dos servidores técnico-administrativos e dois docentes no apoio técnico. Consultou o plenário sobre a manutenção dessa estrutura básica. Prof. João Zequi destacou que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente compreende o período de 2024-2028 e que, estando em 2026, a universidade já passou da metade do tempo planejado. Argumentou que a falta de um PEI consolidado retira a força estratégica da instituição junto aos órgãos mantenedores. Defendeu a manutenção dos cargos representativos na comissão, mas enfatizou a urgência de finalizar o trabalho para que o planejamento ainda tenha utilidade prática. prof.ª Carrie Galgan questionou se a simples substituição de nomes garantiria a continuidade técnica do processo. Observou que, nos últimos anos, o trabalho foi conduzido por lideranças específicas (assessoria técnica) e manifestou preocupação em preservar nomes que participaram ativamente desde o início para resgatar a memória do que já foi discutido, evitando retrocessos. prof.ª Laura Brandini concordou com a necessidade de agilidade e sugeriu que o Conselho procedesse apenas com a troca das pessoas que ocupam os cargos. Reforçou que a liderança anterior era exercida pela diretoria da prof.ª Eloísa pelo Prof. Sérgio Gerelus, e defendeu que a nova composição apenas atualizasse

as representações, incluindo os novos nomes. prof.ª Eloísa detalhou que, embora o Prof. Gerelus liderasse as discussões, o Prof. Jefferson Olivato foi a peça-chave na estruturação metodológica e na gestão dos dados. Alertou que os formulários de consulta pública (via Google Forms) estão sob a titularidade digital dos Profs. Gerelus e Jefferson, e que ela ainda não possuía acesso a esses arquivos para dar continuidade à análise. Profª Carrie sugeriu que a Profª Eloísa assumisse o papel de Gerelus na assessoria e que o Prof. Jeferson fosse formalmente convidado a permanecer na comissão para concluir o processo, garantindo o acesso aos dados e a continuidade metodológica. Profª Eloísa concordou com o convite a Jeferson, mas ressalvou que, devido ao volume de trabalho em sua diretoria, não teria condições de assumir sozinha a sistematização dos dados. Propôs que a votação da recomposição fosse feita de forma condicionada ou que se fizesse o encaminhamento para consulta prévia aos assessores técnicos. Profª Laura informou que os centros de estudos ainda estão enviando respostas à consulta pública e que o prazo para essa etapa terminaria em 12 de julho, momento em que o volume total de dados estaria disponível para processamento. Prof. Miguel propôs manter a estrutura da comissão, substituindo os titulares e suplentes pelos atuais ocupantes dos cargos, condicionando a aprovação ao aceite dos professores Sérgio Gerelus e Jefferson Olivatto, para permanecerem no apoio técnico. Profª Laura discordou da votação condicionada, argumentando que a recomposição da comissão (cargos natos) deve ocorrer independentemente do aceite de terceiros, para não paralisar o processo caso eles recusem o convite. Sugeriu que a comissão fosse aprovada e que a busca por colaboradores técnicos fosse tratada como uma etapa posterior. Profª Eloísa sugeriu que o Conselho votasse a estrutura já definida e deixasse os nomes de apoio técnico como "pendentes", sendo apresentados ao plenário para homologação assim que houvesse a confirmação dos convites. Prof. Caldarelli solicitou que, nos centros onde não há vice-diretores eleitos no momento (como CESA, CCE, CCS e CTU), a portaria permitisse a indicação dos decanos como suplentes na comissão. Profª Eloísa reforçou a urgência da aceleração do cronograma, lembrando que em 9 de outubro haverá nova troca de gestão nos Centros de Estudos, o que exigiria nova recomposição caso o PEI não fosse finalizado até lá. Prof. Alan reforçou a sugestão de Caldarelli, pedindo que o texto final da decisão explicitasse a permissão para que os decanos representassem os centros na ausência de vice-diretores. Colocado em regime de votação, o Conselho aprovou, por unanimidade, a recomposição da comissão para dar continuidade aos trabalhos de elaboração do PEI

(Planejamento Estratégico Institucional), mantendo a estrutura da comissão como ela está atualmente, substituindo os titulares e suplentes naqueles casos em que houve alteração pelos novos gestores, permitindo que os decanos dos centros participem como suplentes, nos casos de vacância da Vice-Direção, com o compromisso da administração de, naqueles cargos de apoio técnico em que não é possível fazer essa substituição (imediata), apresentar os nomes ao Conselho de Administração antes da elaboração da portaria. **7) Processo 25.173.326-0 - BC - deliberar acerca da minuta de Resolução CEPE/CA que estabelece normas e regulamenta o Repositório Institucional da Universidade Estadual de Londrina – RIUEL (Relatoras: Laudicena Ribeiro e Patrícia Almeida).** A Diretora da BC, Laudicena Ribeiro iniciou a apresentação, explicando que a proposta visa atualizar a Resolução CA, que criou o repositório original. O objetivo é unificar e atualizar normativas, integrando a biblioteca digital de dissertações e o repositório acadêmico (graduação e *lato sensu*) em uma única ferramenta: o Repositório Institucional. Destacou que a universidade está próxima de atender ao GoPG da CAPES, o que permitirá a coleta direta de dados do repositório para a Plataforma Sucupira, agilizando o trabalho dos coordenadores de pós-graduação. A Bibliotecária Patrícia Almeida complementou a relatoria detalhando as funções técnicas do repositório, que incluem depositar, preservar a memória e dar visibilidade à produção científica e cultural da UEL. Informou que a CAPES já realiza coletas de metadados do repositório para avaliações de cursos, reduzindo a necessidade de redigitação em relatórios. Explicou ainda que a norma regulamenta direitos autorais, fluxos de depósito e estabelece um comitê gestor composto por membros da PROPPG, PROGRAD, PROEX e outros órgãos para decisões sobre atualizações de software e comunicação institucional. Prof. João Zequi parabenizou a atualização, classificando-a como fundamental para a universidade. Ele manifestou preocupação com a sustentabilidade financeira da plataforma a longo prazo, lembrando que o Conselho já enfrentou problemas anteriores com custos de manutenção de plataformas digitais. Laudicena respondeu assegurando que a ferramenta está sendo atualizada conforme os requisitos do governo e da CAPES. Prof. Amauri Alfieri levantou uma dúvida técnica sobre direitos autorais e períodos de embargo. Ele questionou como proceder caso um docente publique em um periódico internacional que exige carência de acesso (por exemplo, de 1 a 3 anos), visando evitar penalizações por violação de copyright. Patrícia e Laudicena esclareceram que, nestes casos, não se deposita o arquivo integral sem autorização, podendo-se disponibilizar apenas o link para

a editora ou o periódico em vez do PDF completo. Prof. Waldiceu reforçou que a integração com o sistema da CAPES (GoPG) é um processo complexo que exige que os sistemas das universidades interajam perfeitamente. Ele destacou que, embora a automação da captação de dados seja um avanço enorme para os programas de pós-graduação, isso pode gerar a necessidade de mais funcionários técnicos na biblioteca e apoio especializado em TI para resolver problemas de "povoamento" de dados. Prof. Waldiceu também sugeriu que os autores mantenham versões em formato Word (antes da diagramação da editora) para facilitar o depósito sem ferir direitos de PDF das revistas. Laudicena informou que a instalação do sistema DSpace do repositório foi financiada pela PROPPG, que colaborou para tirar o projeto do papel após anos de tentativas. Reiterou que a nova gestão da CAPES retomou as tratativas para o GoPG e que a universidade já está trabalhando para facilitar o processo para toda a comunidade acadêmica. Colocada em regime de votação, a minuta de Resolução CEPE/CA que estabelece normas e regulamenta o Repositório Institucional da Universidade Estadual de Londrina – RIUEL, foi aprovada por unanimidade. Ver Resolução CEPE/CA Nº 048/2026. **II.INFORMES**: 1) Profª Andréa Name – 1.1) Esclarecimentos sobre o Escritório de Extensão da UEL no Município de Assaí. A Profª Andréa iniciou o informe esclarecendo mal-entendido gerado pela mídia sobre a inauguração ocorrida em 8 de junho em Assaí, onde o local foi erroneamente chamado de "Polo de Londrina", "Campus Avançado" ou "Escritório da UEL". Ela enfatizou que o termo correto, aprovado pelo Conselho em maio de 2026, é Escritório de Extensão. Relatou ter realizado uma primeira aproximação com o Prefeito de Assaí em 13 de junho e uma reunião técnica na semana anterior com o Secretário de Ciência e Tecnologia local para alinhar os encaminhamentos. Alertou que publicações da prefeitura de Assaí mencionando a oferta imediata de cursos de graduação, causaram incômodo na comunidade acadêmica, pois nada nesse sentido foi aprovado ou está tramitando. Explicou que, inicialmente, o fluxo está focado em projetos de extensão nas áreas de Odontologia, Administração e Educação Física. Informou que a logística (van, combustível e alimentação) será custeada integralmente pela Prefeitura de Assaí. Por fim, solicitou que os Diretores de Centros consultassem suas comissões de extensão para elencar projetos interessados até a primeira semana de agosto, quando haverá uma reunião com a comunidade. Profª Inês Fonseca questionou que havia uma expectativa de que o "cursinho" da UEL funcionasse no local e perguntou se essa atividade já estava em operação. Profª Benedita Assis Ribeiro esclareceu que o cursinho funcionou em Assaí

entre 2023 e 2024, mas que houve uma interrupção na continuidade dos trabalhos recentemente. Profª Andréa complementou informando que o cursinho não funcionou em 2025 e nem está funcionando este ano porque a universidade demorou a dar uma resposta e a prefeitura acabou não contratando outra instituição a tempo. Esclareceu que o termo de cooperação é amplo e cita "atividades acadêmicas", o que pode englobar ensino, pesquisa e extensão futuramente, mas que no momento não há nada além da extensão. Profª Carrie Galvan expressou dúvidas sobre o termo de cooperação, lembrando que, em reuniões anteriores, houve um questionamento enfático dos centros sobre o interesse em implementar um campus avançado com oferta de cursos superiores, e não apenas extensão. Ressaltou que a Prefeitura de Assaí criou uma visível expectativa na população local ao realizar eventos grandes e tratar a parceria o tempo todo sob a ótica de um campus avançado. Profª Andréa respondeu que, neste primeiro momento, a universidade se limitará ao que foi aprovado: projetos de extensão. Admitiu que o termo assinado é "bem aberto" e que o prefeito de Assaí está, de fato, pressionando pela implantação de cursos de graduação. Reforçou que a nova gestão está "pegando o bonde andando" e que qualquer avanço para a graduação dependerá de novas discussões, trâmites legais internos e consultas aos colegiados. Profª Carrie reiterou sua preocupação com o excesso de expectativas gerado na população de Assaí e o quanto a UEL seria cobrada caso as ações de ensino não se concretizassem. Mencionou também ter visto reportagens que associavam o projeto a movimentos políticos intensos e candidaturas locais, o que exigiria cautela da universidade. Profª Andréa afirmou ter sido muito clara com o prefeito de Assaí de que a aprovação atual é estritamente para extensão. Informou ter pontuado ao prefeito que a UEL é uma instituição do Estado e que qualquer expansão que envolva contratação de professores depende da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e não apenas de convênios municipais. Relatou que o prefeito se dispôs a intermediar essa conversa com o governo estadual para viabilizar futuras demandas. 1.2) reuniões da Reitoria junto aos órgãos governamentais em Curitiba (período de 22 a 26 de junho de 2026). Profª Andréa informou que a equipe esteve em Curitiba na semana do dia 22 de junho para tratar de pautas estratégicas junto à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). Relatou a apresentação dos projetos de cursos novos que estavam parados na Reitoria: Fonoaudiologia e Geologia. Destacou a participação do Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Amauri Alfieri e do Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Administrativo, Luis Fernando Casarim, que realizou

uma defesa técnica sobre a LGU, argumentando que a universidade não pode mais aprovar cursos novos baseando-se apenas na força de trabalho atual (redistribuição interna), mas que estes devem vir acompanhados de vagas completas. Profª Laura Brandini solicitou esclarecimentos sobre a situação do curso de Relações Internacionais, mencionando que o centro precisa entender a diferença entre ter "respostas" e não ter "deliberações". Profª Andréa explicou que o processo de Relações Internacionais estava parado na universidade desde a gestão passada. Informou que o processo precisa de continuidade via Proplan para organizar as respostas dadas pela SETI e que a Profª Renata Schevisbiski (coordenadora) tem acesso aos detalhes no e-protocolo. Profª Inês questionou se há uma resposta definitiva do governo garantindo que a criação de novos cursos resultará em contratações imediatas de docentes. Profª Andréa explicou que os processos de Fonoaudiologia e Geologia ficaram parados na UEL por um ano devido a questionamentos da SETI sobre carga horária ociosa e o uso de 4.000 horas de PSS. Relatou que a gestão anterior iniciou reuniões para tratar da "carga horária parada" em março, mas os processos só foram enviados a Curitiba pela atual gestão em 22 de junho. Profª Inês manifestou preocupação com a Resolução 59/2024, observando que a distribuição total das cargas horárias nos centros ainda não foi finalizada e que cursos iniciados em anos anteriores só concluirão suas reformas em 2027. Profª Andréa reiterou que não haverá implantação de cursos sem o respectivo decreto governamental de vagas, citando como exemplos os cursos de Nutrição e Ciência de Dados. Informou também sobre a contratação de agentes universitários (médicos), notando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) autorizou 120 docentes e apenas 5 agentes para este ano, o que limita a chamada de todos os aprovados de uma vez. Profª Inês questionou se há previsão para o novo cálculo de carga horária nos centros (recálculo da Resolução 59). Sugeriu que, como não estará mais na direção na época, a discussão seja ampla e considere apenas os dados consolidados após o fechamento do ano de 2026. Prof. Alan reforçou que a discussão sobre recursos humanos deve incluir técnicos administrativos e de laboratório. Criticou a LGU por não ter sido pensada considerando a estrutura dos órgãos suplementares (como o EAAJ e a Clínica Psicológica), o que sobrecarrega os centros. Defendeu que a universidade deve usar o serviço prestado à sociedade como contrapartida nas negociações com o governo. Profª Andréa informou que a universidade está negociando o adiantamento de vagas de nível superior (como advogados, engenheiros e arquitetos) para substituir PSS. Relatou que a SETI

autorizou o envio de justificativas para antecipar 22 vagas de concurso de nível superior, visando dar estabilidade a áreas críticas. Prof. Mangili perguntou se houve alguma discussão com o governo sobre a revisão dos valores e metas da LGU em função das novas ofertas de vagas. Profª Andréa acredita que, em função do período eleitoral, não haverá abertura para discussão da revisão da LGU este ano. 1.3) Informe sobre o Decreto da SEFA (Secretaria da Fazenda), recolhimento de superávit e situação orçamentária. Profª Andréa informou sobre um Decreto publicado pela SEFA que determina o recolhimento de 80% do superávit financeiro das instituições. Ela enfatizou a gravidade da medida para o planejamento da universidade. Detalhou que a medida impacta diretamente os 5 milhões de reais em superávit que o conselho havia aprovado no ano anterior para uso em contratações e outras demandas, informando que esse montante está agora bloqueado pelo governo. Revelou que, apesar de uma promessa inicial de que o superávit não seria cobrado, a universidade recebeu uma notificação via APIESP exigindo a devolução de aproximadamente 4,9 milhões de reais até o meio-dia do dia seguinte, sob ameaça de processo administrativo. Informou que foi orientada a não devolução imediata do recurso enquanto negocia com o Secretário Aldo e outros órgãos do governo para tentar reverter o sequestro dos valores. Informou ainda que, durante essas reuniões em Curitiba, descobriu-se um erro contábil grave: a dívida patronal da universidade (cerca de 1,8 milhão de reais mensais) estava sendo paga com recursos próprios e verbas do SUS do Hospital Universitário (HU), em vez de suplementação governamental, pois o valor era lançado como "despesa corrente" e não como "dívida". Profª Andréa finalizou afirmando que a universidade prepara um protocolo para exigir a suplementação orçamentária correta, visando regularizar os balanços e proteger os recursos destinados à saúde. 1.4) Autorização da SEAP para a retomada de Registro de Preços na UEL. Profª Andréa informou que a universidade obteve junto à SEAP (Secretaria da Administração e da Previdência) uma autorização para voltar a realizar registros de preços. Explicou que essa medida é fundamental para que a instituição possa planejar suas compras de forma antecipada, sem a necessidade de abrir editais de licitação apenas no momento exato em que o recurso financeiro estiver disponível em caixa. Destacou que essa era uma prática comum antigamente e que a retomada foi possível graças a uma descoberta de Vinícius Melo, da Procuradoria Jurídica. Ele identificou que, desde a mudança da lei em 2022, a Unioste já havia protocolado um pedido semelhante junto à SEAP para melhorar sua execução orçamentária, obtendo êxito. Com base nesse precedente, a UEL abriu um protocolo

idêntico e recebeu a mesma autorização. Enfatizou que, a partir de agora, a Divisão de Materiais iniciará os registros de preços, o que permitirá aos centros planejar demandas importantes. Ressaltou que a vantagem estratégica dessa autorização é possibilitar a aplicação de saldos de recursos que eventualmente sobrem no final do ano, garantindo que o dinheiro seja utilizado com eficiência e não seja perdido pela falta de tempo hábil para licitar. 1.5**)** Relato sobre a agenda na Secretaria de Cultura do Estado e o projeto Palco Paraná. Profª Andréa informou que a gestão realizou uma reunião na Secretaria de Cultura com o objetivo de buscar soluções para as demandas do Cine Teatro Ouro Verde e da Orquestra Sinfônica da UEL (OSUEL). Relatou que foram recebidos pela secretária Luciana Casagrande, que se mostrou muito solícita. Durante o encontro, a secretária solicitou que a universidade encaminhasse novamente a proposta referente ao projeto Palco Paraná. Profª Andréa relembrou que este projeto envolve um montante de 5 milhões de reais que haviam sido articulados anteriormente (pela gestão do Professor Airton Petris), mas que não chegaram a ser liberados devido a dificuldades burocráticas junto à Secretaria da Fazenda (SEFA). Explicou que o Palco Paraná é uma modalidade que permite a administração direta de recursos da cultura para a contratação de músicos. Além disso, informou que a secretária abriu espaço para que o novo pedido inclua valores destinados à manutenção do Ouro Verde e ao fomento de grandes eventos, citando especificamente o FILO (Festival Internacional de Londrina) e o Festival de Música. Prof. Miguel destacou que a abertura do Festival de Música ocorreria na sexta-feira, 10 de julho, no Cine Teatro Ouro Verde. Ele informou que já possuía uma agenda oficial em Curitiba na terça-feira seguinte para tratar especificamente do Palco Paraná com a secretária Luciana Casagrande. Explicou que o objetivo central é garantir para a UEL um modelo de financiamento e fomento similar ao que o Estado já realiza com o Teatro Guaíra e com a Orquestra Sinfônica do Paraná. O intuito é que o Ouro Verde e a OSUEL recebam esse suporte financeiro estruturado. Mencionou ainda que, para dar suporte técnico à discussão em Curitiba, convidou a Professora Marta Dantas (diretora da Casa de Cultura) e o Maestro Rossini para participarem da reunião, visando fortalecer a defesa técnica das necessidades dos órgãos culturais da Universidade. Prof. Miguel informou, ainda, sobre a agenda em Curitiba, na próxima semana: segunda-feira: cerimônia de posse da diretoria da APIESP, com a presença dele e da Reitora. Terça-feira: reunião com a Secretária de Cultura, Luciana Casagrande, para tratar das demandas da Casa de Cultura, OSUEL e Ouro Verde. Outras agendas: reuniões na Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJU) para

prospecção de parcerias e agendas técnicas na SETI. 2) Profª Laura informou que, após a fala inicial da Reitora, sobre o processo de Relações Internacionais, consultou o secretário do CLCH, que verificou no sistema *e-protocolo* o status real do curso. Ela relatou que o processo, após passar pela SETI, retornou à Reitoria da UEL no dia 29 de maio de 2026, permaneceu por apenas quatro dias úteis na Gestão da Profª Marta e encontra-se aguardando uma "pendência de análise" interna. Diante disso, formulou um pedido formal à Reitoria para que essa análise seja agilizada e o processo liberado novamente para a SETI, destacando que toda a universidade aguarda a abertura deste curso. Profª Laura comunicou, com pesar, a descontinuidade do programa Paraná Fala Idiomas por decisão do Governo do Estado. Destacou o impacto social da medida, informando que o programa atendeu gratuitamente mais de 4.000 estudantes, além de docentes e agentes universitários. Refutou categoricamente as justificativas contidas no ofício da SETI, que alegavam falta de relatórios ou informações insuficientes para a suspensão do programa. Ela classificou a interrupção como uma decisão puramente política e considerou uma "injustiça" atribuir a culpa aos professores que coordenam o projeto. Por fim, solicitou o empenho da Reitoria junto ao governo estadual para tentar reverter a suspensão e garantir a retomada dos cursos de inglês, francês e espanhol no segundo semestre. Prof. Rafael Deminice complementou esclarecendo que a universidade recebeu, entre os dias 18 de junho e 1º de julho, um ofício da SETI informando que o programa estava sob avaliação devido ao recebimento de informações insuficientes nos relatórios. Ele relatou que foi realizada uma reunião entre a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a coordenação do programa para tratar do assunto. Esclareceu que a informação oficial é de que o programa está suspenso para avaliação, e não definitivamente descontinuado. Informou ainda que foi emitido um comunicado sobre essa suspensão e que a Reitoria já está reunindo esforços, criando uma força-tarefa em conjunto com outras reitorias de universidades estaduais, para questionar a SETI e requerer a continuidade do programa. Profª Benedita Ribeiro corroborou as informações de Rafael, afirmando que as tratativas institucionais já estão sendo tomadas. Destacou que a universidade está buscando envolver a APIESP (Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior do Paraná) nas negociações para tentar reverter a situação de suspensão junto ao Governo do Estado. Prof. Miguel informou que a Reitora Andréa já possui uma agenda confirmada para a próxima sexta-feira na SETI, para tratar especificamente deste assunto. Ressaltou que o programa é

considerado fundamental pela gestão, pois envolve a integração da universidade com a comunidade externa e possibilita o estudo de línguas para muitas pessoas. Reafirmou o compromisso da Reitoria em resolver as pendências apontadas pelo estado para garantir que as atividades do programa sejam retomadas o mais breve possível. 3) Profª Marci Batistão informou que participou de uma agenda de duas semanas para tratar de encomendas governamentais e projetos estratégicos que envolvem a Prograd e todos os Centros de Estudos. Relatou que a SETI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) solicitou alguns afinamentos técnicos, que já foram discutidos internamente com sua equipe e serão apresentados detalhadamente ao conselho em breve. Destacou que uma dessas encomendas se refere a um processo iniciado em 2025 que agora, em 2026, entra em fase de terminalidade. Ressaltou que surgiram situações que exigem ajustes imediatos no processo para garantir que a universidade tenha acesso aos valores financeiros envolvidos. Colocou-se à disposição dos diretores de centros para fornecer detalhes específicos individualmente e informou que na semana seguinte retornará à SETI para apresentar esses ajustes finais, trazendo posteriormente uma apresentação objetiva ao Conselho. 4) O Diretor de Avaliação e Informação Institucional da PROPLAN, Prof. Ernane Torres Uchôa, apresentou um relato sobre as atividades da Diretoria de Avaliação e Informação Institucional (DAII), especificamente sobre o preenchimento e a divulgação de rankings. Informou que, na semana anterior, foi publicado o resultado de um dos principais rankings globais de sustentabilidade (baseado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS). Destacou que, embora a notícia principal veiculada pela imprensa tenha sido positiva, com a UEL mantendo-se como a terceira melhor universidade do Brasil em sustentabilidade, a DAII realizou uma análise crítica mais profunda dos dados. Revelou que a universidade teve queda em 11 dos 17 ODS avaliados, crescendo em apenas três. Segundo ele, esse resultado já era esperado pela gestão, que planeja mitigar essas fragilidades através da criação de uma Assessoria de Sustentabilidade (futura Coordenadoria). Alertou o conselho para ter cautela na análise do ranking, pois, pela primeira vez, a participação exigiu o pagamento de uma taxa (aproximadamente R$ 30.000,00). Isso fez com que grandes instituições brasileiras (como USP, UNICAMP e outras estaduais paranaenses como UEM e UNIOESTE) não participassem, o que acabou por elevar a posição relativa da UEL de forma que pode não refletir a realidade competitiva completa. Prof. João Zequi destacou a relevância dos rankings globais e diversos, mas enfatizou que a universidade deve dedicar uma

atenção especial ao IGC (Índice Geral de Cursos). Pontuou que, no último índice, a única universidade estadual do Paraná a obter nota 5 foi a UNIOESTE, enquanto a UEL permaneceu com nota 4. Expressou preocupação com o uso comercial desse índice por universidades particulares de Londrina, que utilizam placas publicitárias para destacar a nota máxima do MEC, enquanto a UEL, com toda a sua estrutura de ensino, pesquisa, extensão e volume de projetos, não atinge o mesmo patamar oficial. Argumentou que a universidade pode estar "pecando" no momento de prestar contas e fornecer os dados ao INEP. Relembrou a iniciativa anterior do Professor Alexandre Urbano, que criou uma planilha detalhada para coleta de dados, mas observou que o preenchimento se tornou insustentável para os coordenadores por depender apenas de "boa vontade". Por fim, sugeriu que a nova gestão consolide um processo para otimizar o fornecimento dessas informações (como dados de censo e desistência de alunos), visando refletir a real qualidade da instituição nos índices oficiais. Profª Marci informou que está em andamento a constituição de um projeto governamental denominado UNIDATA. Explicou que este projeto visa organizar um sistema unificado entre a SETI e as universidades estaduais do Paraná para permitir um acesso mais assertivo e organizado aos dados institucionais. Detalhou que o processo se encontra atualmente na fase de definição dos qualificadores (indicadores) que integrarão o sistema. Afirmou que o projeto já está em estágio avançado de comunicação e que, em breve, a universidade contará com essa ferramenta para facilitar a gestão das informações e a prestação de contas aos órgãos avaliadores. 5) A Diretora de Planejamento e Integração Acadêmica da PROPLAN, Profª Eloisa Ribeiro Rodrigues relembrou os diretores de centros sobre a solicitação de levantamento das instalações elétricas relacionadas aos aparelhos de ar-condicionado já instalados ou previstos. Informou que, até o momento, recebeu os dados apenas do CESA, CCA e CTU. Ressaltou que a devolução dessas informações pelos demais diretores é fundamental para que a Proplan finalize a avaliação do impacto financeiro e repasse as quantidades de materiais necessárias para a Prefeitura do Campus (PCU) organizar o planejamento de execução.
Prof. João Zequi indagou sobre o prazo para o envio das respostas e relatou que, no CCB, há poucos aparelhos, concentrados em alguns laboratórios e na central de salas. Questionou sobre o andamento do processo de instalação, mencionando que anteriormente havia uma empresa licitada que realizava o serviço junto com a entrega dos equipamentos. Profª Eloísa detalhou que a situação atual nos centros apresenta um problema de planejamento herdado: muitos aparelhos

comprados no início do ano incluíam apenas a instalação mecânica (fixação na parede), mas não a instalação elétrica. Explicou que a Proplan está realizando este levantamento agora porque não houve uma avaliação prévia do impacto financeiro dessas instalações, o que pode comprometer o custeio anual dos centros. Solicitou que os diretores informem detalhadamente o número de patrimônio de cada aparelho, a sala onde se encontra, a capacidade em BTUs e, principalmente, a potência elétrica, para que a equipe técnica possa dimensionar se a rede elétrica do centro suporta a carga ou se precisará de reformas mais complexas, como a troca de transformadores ou disjuntores. O Prefeito do Campus, Prof. Silvano Costa, confirmou que a PCU está trabalhando em conjunto com a Proplan no compartilhamento dessas planilhas. Informou que as situações foram classificadas em três níveis de complexidade: baixa, média e alta. Os casos de baixa complexidade já estão sendo executados pela equipe própria, mas os de alta complexidade (que exigem novas fiações até o transformador) ainda dependem de avaliação orçamentária. Silvano alertou para um dado preocupante: entre os meses de abril e maio, após a instalação de alguns aparelhos, o consumo de energia da universidade aumentou consideravelmente. A equipe está monitorando se o aumento é decorrente do uso ou se há fugas de energia na rede. Profª Eloísa reforçou a importância desse monitoramento, destacando que o levantamento servirá para estimar o quanto o uso integral desses aparelhos afetará a conta de energia da instituição. Profª Inês Fonseca classificou a situação no CCA como "dramática". Relatou que possui um volume grande de aparelhos (entre 25 e 30 unidades) que ainda estão na Divisão de Materiais aguardando entrega e emplacamento de patrimônio. Demonstrou preocupação sobre como será feita a instalação elétrica desse montante, uma vez que o centro não possui recursos próprios para custear um serviço desse porte. Prof. Miguel mencionou que a universidade possui o projeto das usinas fotovoltaicas. Manifestou a expectativa de que, uma vez implantado, esse sistema de energia solar ajude a mitigar os custos crescentes de eletricidade gerados pela climatização dos centros. 6) Prof. Ernani, complementando as discussões sobre o item 6 da pauta (referente ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI), informou que a Reitoria disparará em breve uma demanda aos pró-reitores para a indicação de membros para o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Explicou que este grupo terá a função de acompanhar, colaborar, revisar e finalizar o relatório do PDI, conforme aprovado em reuniões anteriores do conselho. Sugeriu que os pró-reitores busquem um "casamento" entre as indicações, selecionando,

se possível, os mesmos membros para comporem tanto o comitê gestor do PDI quanto a comissão do PEI. O objetivo dessa medida é facilitar a comunicação entre os dois planos e garantir que as estratégias institucionais estejam devidamente alinhadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Andréa Name Colado Simão _____
Reitora

Miguel Belinati Piccirillo _____
Vice- Reitor

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Carlos Eduardo Caldarelli _____
Vice-Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

José Fernando Mangili Júnior _____
Vice-Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Luis Alberto Garcia de Freitas _____
Vice- Diretor do Centro de Educação Física e Esporte

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Larissa Araújo de Castro Okamura _____
Representante Suplente dos Servidores Técnicos Administrativos

Waldiceu Aparecido Verri Junior _____
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Benedita Gonçalves de Assis Ribeiro _____
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

Marci Batistão _____
Pró-Reitora de Graduação

Vera Lúcia Tieko Suguihiro _____
Pró-Reitora de Recursos Humanos

Amauri Alcindo Alfieri _____
Pró-Reitor de Planejamento